

COLÔNIA NOVA-ITÁLIA: O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO BRASIL (1836-1850). IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE ANTES DA “GRANDE EMIGRAÇÃO”

Caroline Cavilha dos Santos Hashimoto (PIC/Uem), João Fábio Bertonha (Orientador), e-mail: fabiobertonha@hotmail.com.
Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes /Maringá, PR.

Área do CNPq 7.05.05.02-0 História do Brasil Império – História Social

Palavras-chave: Colônia Nova Itália, Reino da Sardenha, Santa Catarina

Resumo:

Este artigo objetiva entender o contexto de formação do primeiro núcleo de imigrantes italianos do Brasil: a Colônia Nova Itália. O empreendimento surgiu na província de Santa Catarina, em 1836. O interessante neste tema é que se trata de um movimento migratório anterior a chamada “grande emigração”. Mais ainda, um acontecimento surgido dentro do processo de formação dos Estados Nacionais no século XIX. A Itália ainda não estava unificada como Estado-Nação. Já o Brasil, recém independente de Portugal, procurava se firmar como tal. Assim sendo, procurou-se também avaliar quais os possíveis sentimentos identitários existentes nesse grupo de colonos provenientes do então Reino da Sardenha.

Introdução

A Colônia Nova Itália foi formada no atual município de São João Batista, em Santa Catarina, quase 40 anos antes do início da chamada “grande emigração”, termo usado para referir-se aos anos de maior fluxo de saída de italianos da península itálica (1870-1970). Boiteux (1998, p. 31-41) indica que foram 186 colonos que desembarcaram em março de 1836, na baía norte da Ilha de Santa Catarina, em Desterro, atual Florianópolis. Porém, o autor ressalta que alguns resolveram permanecer em Desterro. O restante seguiu para o município de São Miguel, às margens do Rio Tijucas-Grande. Hoje o lugar fica situado nos atuais municípios de São João Batista e Major Gercino, no Alto Vale do Rio Tijucas. Boiteux (1998, p. 30).

Os colonos vieram motivados pela propaganda feita por dois estrangeiros que na época moravam na capital catarinense: Henrique Ambauer Schutel e Carlo Demaria. O assunto é pouco abordado academicamente, mas trata-se da primeira colônia de ítalos do Brasil. Sendo assim, a pesquisa procura identificar como seria a identidade de pessoas que não eram italianas propriamente ditas e que foram parar na zona rural de um país que também não tinha identidade nacional consolidada. É válido observar que não eram consideradas italianas ainda por terem saído do Reino da Sardenha, o qual se transformou em Itália somente depois, com a unificação.

Materiais e métodos

Para obter as respostas possíveis, foram analisados discursos, falas e relatórios dos presidentes provinciais de Santa Catarina disponíveis online (1836-1850), duas certidões antigas de posse do memorialista e também descendente, José Sardo, que demonstram informações relevantes para compreendermos como os imigrantes se identificavam. Esses documentos também foram publicados em obra de Darci de Brito Maurici, em 2008. Além disso, uma leitura crítica do livro “Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina”, que é a primeira obra a abordar exclusivamente o tema. Outras obras e pesquisas no arquivo público de Santa Catarina e na Hemeroteca Nacional foram feitas, embora sem resultados imediatos. O que realmente mostrou-se produtivo foi a visita a localidade onde a Colônia Nova Itália foi formada. O local ainda é moradia de muitos descendentes que tentam preservar essa história.

Resultados e Discussão

De acordo com os relatórios provinciais de Santa Catarina (1836-1850), notou-se que a infra-estrutura do local era bastante precária. Tal condição, obviamente, implicou dificuldades de adaptação aos imigrantes. Isso porque Boiteux (1998, p. 49) expõem que os colonos eram católicos e não tinham nem capela, nem cemitério. Se quisessem ir à igreja, teriam de fazer uma longa viagem por rio até a freguesia de Porto Belo. Vale ressaltar que a fé naquele período era ainda mais intensa. Portanto, poderia representar um traço de identidade importante e que estava comprometido.

Na região onde os colonos estavam não havia nem mesmo escola de primeiras letras. No entanto, para Luc Montandon Boiteux, o qual assumiu a administração do empreendimento a partir de 1837, a questão educacional era urgente. Assim, já em 1838, uma escola improvisada passou a funcionar na localidade por sugestão dele. Em discurso na sessão ordinária de março de 1840, o então presidente da província de Santa Catarina, Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea, sugeriu que fosse criada uma Escola Normal padronizada como a que existia no Rio de Janeiro para que a situação nacional melhorasse¹. Com certeza, uma maneira de uniformizar a população do Império.

Um elemento bastante frequente nos documentos provinciais é a forma como os imigrantes eram mencionados. Eram referidos como “Colonos” ou “Colonos estrangeiros”, o que implica um distanciamento dessas pessoas em relação ao que o governo considerava como ser brasileiro. Também nota-se que em alguns casos, os presidentes se referiam à Colônia Nova Itália como “Colônia italiana” e não como

¹ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea, 1840, p.09-10) Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/189?fulltext&item_id=5246#?c=0&m=5&s=0&cv=9&r=0&xywh=-1327%2C-1%2C4636%2C3271. Acesso em: 24 dez. 2018.

colônia sarda. Entretanto, é compreensível, visto que o termo “italiana” poderia se referir à península itálica. Em 1836, o que existia era o Reino da Sardenha.

Boiteux (1998, p. 41) acrescenta que a Colônia Nova Itália também foi integrada por 16 colonos nacionais. Eles receberam terras maiores que a dos imigrantes ítalos. Essa prática foi criticada pelo presidente da província de Santa Catarina, Antero Joze Ferreira de Brito, em 1º de março de 1844. Ele defendeu que a distribuição de terrenos e subsídios fossem concedidos de preferência aos nacionais, visto que todo o ônus da sociedade pesa sobre eles. Isso porque os colonos estrangeiros se aproveitariam de direitos, sendo livres para “a qualquer pretensão exagerada, que não é logo atendida, invocarem e ameaçarem-nos com o poder de seus Governos”².

Ainda segundo ele, os colonos deviam ser: “activos, laboriosos, sobrios, de bons costumes, e principalmente se forem Portuguezes e Açorianos, porque tenho em muita conta nestas empresas a identidade de religião, de origem, de usos e costumes dos que as devem levar ao cabo”³. O presidente provincial deixa claro o receio que tem de que esses estrangeiros não contribuíssem para o desenvolvimento e identidade da nação. Uma insegurança que se pode julgar normal.

A empresa particular sob o comando de Demaria e Schutel durou de 1835 a 1846. Em 1846, o presidente provincial ordenou a mudança do nome “Colônia Nova Itália” para “Colônia D’ Afonso”⁴. O intrigante é que o nome imposto parece não ter se firmado na localidade. Em documento da Agência Consular da Itália no Estado de Santa Catharina, datado de 1894 e contido na obra de Maurici (2008, p. 293). O certificado atesta que Vincenzo Pera, de 16 anos, é súdito do rei da Itália e natural da “ex Colônia Nova Itália”. Portanto, talvez Vincenzo nem lembrasse ou soubesse que o nome escolhido em substituição ao original foi Colônia D’ Afonso, fazendo assim referência à nomenclatura anterior. Desse modo, mais uma vez há a indicação de que havia ainda um sentimento de identidade italiana, mesmo já estando quase no fim do século XIX e tendo Vincenzo nascido já no império brasileiro.

Conclusões

Conforme podemos observar, a unidade nacional brasileira entre 1836 a 1850, ainda necessitava ser trabalhada. Os 186 colonos sardos chegaram à província de Santa Catarina em 1836. Na época, não fazia nem 15 anos da Independência do Brasil. No início do século XIX, também existiam outros imigrantes

² SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Antero Jozé Ferreira de Brito, 1844, p.28) Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/189?fulltext&item_id=5246#?c=0&m=10&s=0&cv=28&r=0&xywh=-1184%2C0%2C4110%2C2899>. Acesso em: 24 dez. 2018.

³ Ibidem, p. 27.

⁴ D’ Afonso foi o príncipe imperial do Brasil, filho de Dom Pedro II. O menino morreu com apenas dois anos, em 1847. Portanto, o nome adotado para nomear a colônia foi uma homenagem ao monarca falecido.

italos no Brasil, localizados no Rio de Janeiro (Bertonha, 2014, p. 422). Porém, não vieram para o país de forma institucionalizada e com intenção de ficar. Portanto, bem diferentes dos colonos sardos da província de Santa Catarina, os quais permaneceram isolados e provavelmente não tinham outra opção a não ser fortalecer suas terras, suportar dificuldades e integrar-se aos poucos a nascente nação brasileira.

Pode-se perceber nos discursos, falas e relatórios dos presidentes provinciais de Santa Catarina que a preferência era por portugueses, talvez pela língua e costumes que desejavam como padrão para o Brasil Império. Os índios eram referidos como selvagens. Já os alemães eram estimados por serem considerados mais ativos e laboriosos. Sendo assim, os imigrantes sardos poderiam ter ficado no meio termo disso. Sentindo-se, quem sabe, descolados do modelo desejado a não ser pelo fato de serem católicos. A ordem provincial era conceder vantagens em primeiro lugar aos nacionais, já que os estrangeiros poderiam abandonar o país a qualquer momento. Desse modo, os colonos são percebidos como pessoas sem vínculos fortes com o país, como se realmente não fizessem parte integrante do Brasil.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, à UEM e meu orientador, Dr. João Fábio Bertonha. Também ao Arquivo Público de Florianópolis e ao memorialista José Sardo.

Referências

BERTONHA, J. Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta. **Revista do Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.8, p.415-428, 2014.

BOITEUX, L. A. **Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Editora Educ, 1998.

MAURICI, D. B. **São João Baptista do Alto Tijucas Grande, 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à Capital Catarinense do Calçado**. Blumenau: Odorizzi, 2008.

SANTA CATARINA. **Relatórios de Presidente de Província e “Fallas” à assembléia**. Disponíveis em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/189?fulltext&item_id=5246#?c=4&m=10&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1424%2C-165%2C4638%2C3272>. Acesso em: 18 ago. 2018.